

Manifestações políticas de junho de 2013: um debate à luz dos conceitos de massa e multidão

Political protests of June 2013:
a debate in the light of mass and multitude concepts

Manifestaciones políticas de junio de 2013:
un debate a la luz de los conceptos de masa y multitud

Les manifestations politiques e juin 2013:
un débat à la lumière des concepts de masse et de foule

Michel Renan Rodrigues de Andrade *
michel_renan84@hotmail.com

Clara Virgínia de Queiroz Pinheiro **
claravirginia@unifor.br

Resumo

Em relação às perspectivas das pesquisas que tentam explicar as manifestações políticas de junho de 2013, no Brasil, entendemos que refletem uma mudança no processo de formação dos laços sociais que produzem os protestos contemporâneos. Este artigo tem por objetivo mostrar tais transformações sob a ótica das diferenças entre os conceitos de massa, visto em Freud (1921/2011), e multidão, em Hardt e Negri (2014). Buscamos alinhar uma discussão entre os conceitos à luz desses dados para demonstrar que há mudanças plausíveis nas formas e organização de protestos no século XXI as quais impedem uma explicação totalizante sob a única perspectiva das massas. Concluímos que as manifestações de junho de 2013 correm em tendência ao conceito de multidão, devido aos processos de formação dos laços sociais horizontais, à não submissão do Eu a uma identidade totalizadora, dando espaço à produção do comum, e à importância das singularidades.

Palavras-chave: protestos; política; multidão; massa; laços sociais

Abstract

About the perspectives generated by researches that attempt to explain the political events of June 2013, in Brazil, we understand that there generated a change in the formation of social bonds that produce contemporary protests. This article aims to show these such changes under the lens of the differences between the concepts of mass, in Freud (1921/2011), and multitude, in Hardt and Negri (2014). We attempt to align a discussion between the concepts in the

*Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor do Centro Universitário Inta - UNINTA.

** Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002), pós-doutorado no CNRS/CERME3/Université Paris-Descartes.

Como citar: Andrade, M. R. R. & Pinheiro, C. V. Q. (2019) Manifestações políticas de junho de 2013: um debate à luz dos conceitos de massa e multidão. *Psicologia Política*, 19(45), p. 170-185

light of data to show that there are changes in plausible ways and organizing protests in the twenty-first century that prevent a totalizing explanation under the unique perspective of the masses. We conclude that the events of June 2013 runs in trend to the concept of multitude due to the formation processes of horizontal social bonds, not submission Ego a totalized identity, giving space to production of the common and the importance of singularities.

Keywords: *protests; politic; multitude; mass; social bond*

Resumen

Em relación a las perspectivas de las investigaciones que tratan de explicar las manifestaciones políticas junio de 2013, en Brasil, creemos que reflejan un cambio en la formación de los lazos sociales que producen los protestos contemporáneas. Este artículo tiene como objetivo mostrar estos dichos cambios bajo la óptica de las diferencias entre los conceptos de masa, en Freud (1921/2011), y la multitud, en Hardt y Negri (2014). Buscamos alinear una discusión entre los conceptos a la luz de los datos para demostrar que hay cambios en formas plausibles y la organización de protestas en el siglo XXI que impiden una explicación totalizadora bajo la perspectiva única de las masas. Llegamos a la conclusión de que los acontecimientos de junio de 2013 carreras en tendencia con el concepto de multitud, debido a los procesos de formación de los lazos sociales horizontales, no en la sumisión que un total de identidad, dando espacios a la producción de lo común, y la importancia de las singularidades.

Palabras clave: *protestas; política; multitud; masa; lazos sociales*

Résumé

Em ce qui concerne les perspectives des recherches qui tentent d'expliquer les manifestations politiques de juin 2013 au Brésil, nous comprenons qu'elles traduisent un changement dans le processus de formation des liens sociaux qui produisent les manifestations contemporaines. Cet article a comme but présenter ces transformations sous l'angle des différences entre le concept de masse dans l'oeuvre de Freud (1921/2011), et celui de foule, proposé par Hardt et Negri (2014). Nous cherchons à aligner une discussion entre les concepts à la lumière de ces données à fin de démontrer qu'il y a des changements plausibles dans les formes et dans l'organisation des manifestations du XXIème siècle qui empêchent une explication sous les seules perspectives des masses. Nous concluons que les manifestations de juin 2013 vont plutôt dans la direction Du concept de foule, em raison des processus de formation des liens sociaux horizontaux, de la non-soumission du Soi à une identité totalisante, laissant place à la production Du commun et à l'importance des singularités.

Mots-clés: *manifestations; politique; foule; masse; liens sociaux*

Introdução

Houve um grande estrondo no Brasil em junho de 2013: manifestações políticas tiraram do eixo muitos observadores da sociedade brasileira. Protestos, insurreições e manifestações sempre existiram na história do país, porém, neste caso, as ruas das principais cidades da nação foram preenchidas por diversas vozes que pediam, em múltiplos sons, mudanças na política e nas instituições. Vozes as quais se erguiam para denunciar problemas urbanos, como os elevados preços das passagens do transporte público e suas péssimas infraestruturas; problemas de desigualdade social e de violência das ações da Polícia Militar nas favelas; problemas de gênero, como os protestos contra a dita “cura gay” e contra a Frente Parlamentar Evangélica – ou “bancada evangélica” – das Câmaras dos Deputados Brasil afora, que se manifestava contrária a toda forma de políticas públicas afirmativas e de direitos dos povos LGBTs e o empoderamento feminino. Vozes que, no início das manifestações, em seus primeiros atos, tinham um único tema específico – o aumento das passagens do transporte público – e, em seguida passou a ser sobre uma grande variedade de demandas. Dentre essas demandas, algumas eram de pautas conservadoras e neoliberais, o que cooperou para complexificar o acontecimento¹.

Sob essa perspectiva, a fagulha de todos esses movimentos de manifestações políticas foi o protesto contra o aumento da passagem de ônibus, organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL), que trouxe ao centro dos debates políticos o problema da criticada rede de transportes públicos das cidades brasileiras, o que prejudica, como aponta o próprio *MPL (2013)*, as premissas da democracia, ou seja, o acesso e o direito de todos à cidade e as decisões sobre ela. Com a explosão das manifestações e a massiva aderência a demanda de denúncia quanto a precariedade do transporte público, o debate ganhou mais espaço nas discussões e proposições políticas da união, dos estados e municípios, além de estimular entre os indivíduos a criação e a produção de debates sobre as estruturas das cidades e a ação do próprio ser humano no meio urbano. A adesão massiva às manifestações envolve um reposicionamento político dos indivíduos nas estruturas que constituem os laços sociais, a partir das práticas emergidas nas relações vigentes em plataformas das novas tecnologias de comunicação e informação: as redes sociais *on-line*. As conexões estabelecidas na internet e as trocas de informações foram os meios utilizados pelos manifestantes, que passaram a debater ideias e propostas de políticos, a denunciar atos irregulares entre os próprios indivíduos no dia a dia dos trânsitos das cidades e até a convocar por protestos e reuniões, assim como aulas abertas em praças públicas. Como exemplo, podemos mencionar dois grupos surgidos, a partir das manifestações de 2013, na cidade de Fortaleza: o grupo *Direitos Urbanos Fortaleza* e o grupo de discussão *Rei do Camarote Fortaleza*².

Nessa perspectiva, é importante salientar que esses dois exemplos são consequências das jornadas de junho de 2013, uma vez que, como aponta Castells (2013) e Ricci e Arley (2014), as redes sociais *on-line* foram os meios de comunicação principais utilizados pelos manifestantes, em que estabeleciam debates, convocavam a população e organizavam as agendas das diversas manifestações nas cidades do país. Desse modo, foram as plataformas das redes sociais *on-line* que possibilitaram a formação de uma resistência à força da grande mídia, conforme aponta Lima (2013), haja vista que esses indivíduos não se viam representados pelas narrativas estabelecidas por interlocutores das mídias tradicionais (revistas, jornais de TV, jornais impressos e rádios). Isso ocasionou uma grande rejeição a repórteres os quais estavam presentes nos locais de protestos – vale

¹ Andrade (2016) observa que a emergência dessas demandas ocorrem principalmente após o momento marcado pela ação de parcela da imprensa na tentativa de dominar o significado das manifestações – como exemplo, temos o discurso de Arnaldo Jabor, que reduz o sentido das lutas e dos protestos a ir contra a Projeto de Emenda Constitucional 37, que limitava o poder de investigação do Ministério Público. Andrade (2016) identifica que os manifestantes que participaram com maior intensidade em atos a partir do dia 20 de junho pediam políticas de estado mínimo, apontavam a corrupção como o maior problema do país, tinha como alvo os políticos, de maneira em geral, com ênfases nos partidos de esquerda - principalmente o Partido dos Trabalhadores - e expressavam certo apelo a intervenções militares.

² “Grupo on-line”: <https://bit.ly/1mhG8aP> e “Grupo on-line”: <https://bit.ly/2XLxG6X>.

lembrar gritos como “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”.

Então, há dois aspectos importantes que especificam as manifestações ocorridas em junho de 2013: primeiro, um reposicionamento político, no qual o exercício de cidadania assumiu um papel ativo a respeito de decisões, leis, serviços e prioridades que reestruturam as formas de organização das vozes as quais buscam manifestar-se e ocupar espaços na vida em sociedade; um segundo aspecto diz respeito à forma das relações de comunicação, atravessadas pelas novas tecnologias de comunicação, por exemplo, as redes sociais *on-line*, como as páginas *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, nas quais os manifestantes convocavam protestos, informavam em tempo real o que estava acontecendo e entravam em debate sobre objetivos e métodos de ação.

Neste artigo, não queremos tecer uma explicação totalizante sobre as manifestações. Ao contrário disso, queremos abri-las a mais exames, a mais estudos que possam nos fazer questionar os problemas diversos que surgem a partir desse fenômeno. Neste momento, é importante apresentar o que outros pesquisadores e ensaístas já refletiram a respeito dessas manifestações.

Embasados nos aspectos relatados, nas pesquisas que realizamos, essas foram as características gerais encontradas nas manifestações, segundo Ricci e Arley (2014), Castells (2013), Vainer (2013), Secco (2013), Braga (2013), Solto Maior (2013) e Lima (2013): organização em rede, seguindo a lógica das redes sociais *on-line*; necessidade de confrontar a ordem sociopolítica dominante e o próprio sistema que operacionaliza e constitui a cidade a partir das necessidades do capitalismo, uma vez, nas ruas, buscavam a lógica do enxame, juntar o maior número possível de pessoas em um espaço com a impressão de desorganização e sem unidade; negação a qualquer liderança; carnavalização dos protestos políticos com músicas, danças e fantasias cheias de significados; mistura de classes sociais (classe média, precarizados, proletários e subproletários); violência como elemento constitutivo, tanto no quesito de repressão policial, quanto nas ações diretas e pontuais das táticas de *Black Blocs*; e obsessão pelo desenvolvimento de um tipo de autonomia e constituição de uma organização horizontalizada e pouco hierarquizada, como mostra Ricci e Arley (2014) quando apontam que, nas manifestações, não há um líder, nem hierarquias distribuídas – como cargos de confianças –, mas indivíduos eleitos entre todos para realizar uma ação objetiva pontual dentro de um determinado grupo, a título de ilustração, entre os que fazem as comunicações oficiais de um movimento ou coletivo engajado nas manifestações, um deve ser o porta-voz para se comunicar com outros grupos, ou com a imprensa durante um certo período de tempo, e para cumprir algum objetivo decidido por eles.

Dito isso, neste artigo, a pergunta principal é: como devemos compreender o fenômeno das manifestações de junho de 2013? Entendemos que há um espanto e uma busca por explicações que dê segurança sobre o que aconteceu no Brasil e no mundo. Castells (2013) e Ricci e Arley (2014) apontam que junho de 2013 é mais uma extensão do que vem acontecendo no mundo, um florescer de sementes plantadas desde os protestos de Seattle, em 1999. Percebemos que há uma concordância entre diversos analistas quanto às características das manifestações de junho de 2013 as quais apontam diferenças fundamentais em relação a outras formas de manifestações políticas mais clássicas. Melhor dizendo: há transformações de bases conceituais e fundamentais nas formas de manifestações políticas. Por isso, o objetivo deste artigo é mostrar essas transformações à luz de um debate entre os conceitos de massa, visto em Freud (1921/2011), e multidão, em Hardt e Negri (2014). Na ocasião, observamos que as formações dos laços que compactam as massas, segundo Freud (1921/2011), não são mais suficientemente complexas para fazer uma explicação total das formações dos laços sociais contemporâneos, que, nesse caso, não refletem um fundamento importante o qual sustenta a ideia da massa, no caso, é a identificação com o pai na figura do líder e o esgotamento do Eu perante o coletivo. Ao contrário, a multidão preza pelas singularidades e pela independência da identificação com líderes. O Eu, na multidão, não se esgota, mas está em constante produção, no sentido histórico e nas experiências vividas. Isso não quer dizer que a identificação com

o pai, como relata a psicologia das massas freudiana, se esgotou diante as análises dos movimentos de protestos. Demonstramos que para realizar uma análise dessas manifestações de rua, devemos ir além da psicologia das massas e buscar novas formas de compreensão que complexifiquem os novos problemas encontrados. Aqui registramos que esta pesquisa aponta olhares apenas para os acontecimentos de junho de 2013, no Brasil, não tendo as manifestações de 2015/2016 como objeto de pesquisa.

Ponto de partida das manifestações de junho de 2013

O que aconteceu em junho de 2013, no Brasil, não foi um evento repentino. É preciso refletir sobre as linhas de força que permitem identificar como se constituiu a atmosfera de onde emergiram as manifestações e suas características, apontadas pelos pesquisadores como destacamos. Destarte, vamos tentar fazer uma rápida genealogia das manifestações que surgiram após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Para tanto, uma data marcante é a do ano de 1999. Nesta época, com a reunião da Organização Mundial do Comércio, o mundo viu a primeira manifestação global contra as estruturas do sistema capitalista pós-Guerra Fria. A exemplo disso, na cidade de Seattle, manifestantes de vários movimentos sociais do mundo se reuniram para protestar contra os representantes de 135 países que ali se encontravam para discutir a ordem comercial mundial. A esse respeito, Hardt e Negri (2014) afirmam que a polícia reprimiu violentamente os manifestantes, a mídia internacional ficou impressionada com a violência dos protestos e passou a denunciá-los como vândalos, mais tarde calando-se para tirar o foco dos protestantes e construir um clima de pacificidade na cidade, o que veio a se mostrar falho, posto que, apesar da mídia, os manifestantes conseguiram se comunicar com a sociedade através de outras estratégias diretas, sendo uma delas a rede mundial de computadores (Internet).

O fato é que Seattle se transformou no marco zero das manifestações contemporâneas. Sem líderes, com diversos movimentos sociais como protagonistas e com diversas bandeiras de variadas demandas erguidas, questionando o sistema capitalista, as manifestações de Seattle não ficaram apenas em 1999. Sua extensão e consequência apareceram nas primeiras reuniões do Fórum Social Mundial³, na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Em 2001, movimentos sociais e coletivos se reuniram pela primeira vez para debater suas agendas de forma transnacional. Em 2005, houve a maior reunião com a participação de 155 mil representantes de 135 países, oficializando o consenso de Porto Alegre, um manifesto com 12 propostas para mudança global das estruturas econômicas, jurídicas e democráticas. Esses dois eventos são essenciais para compreender a linha histórica que constitui as novas manifestações de protestos no mundo e no Brasil do século XXI. Na Grécia, na Espanha, os ocupantes do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, todos eles possuem características semelhantes aos protestos de Seattle e temáticas que se assemelham às do consenso de Porto Alegre, como se pode ler nas pesquisas de Hardt e Negri (2014).

Essas características que vêm desde Seattle, em 1999, passando pelos Fóruns Sociais Mundiais e indo à prática mais uma vez nos protestos da segunda década do século XXI, apontam para uma curiosidade que vale uma investigação. Observamos, muitas vezes, que análises, mais comumente as de jornalistas e especialistas que escrevem para jornais, partem do pressuposto de que os movimentos de protestos se organizam como uma massa, aos moldes clássicos, como podemos observar nos estudos de Freud (1921/2011). Isso vemos a partir de reportagens que tentam em identificar lideranças e pessoas influentes entre os jovens que protestam, como na matéria *Quem são os anarquistas de preto que vandalizam SP* (2013, 4 de agosto) e em comentários, como o de Arnaldo Jabor e de Datena, que identificam os manifestantes como uma massa de gente ignorante e violenta, como aponta Viana (2013).

³ Retirado do site <http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/> no dia 25 de abril de 2019.

Para Freud (1921/2011), a massa designa a formação de agrupamentos que vinculam indivíduos que compõem a sociedade, transformando-se em uma unidade gerida por uma centralidade, seja ela o líder, ou uma ideia que faz o papel do líder. Esse líder representa, para o psicanalista, a figura do pai, a figura da primeira identificação, o centro de amparo e de segurança afetiva que costura a unidade das massas e seus laços sociais. Por isso, a massa passa por processo semelhante ao indivíduo, ou seja, mesmo ela sendo composta por diferentes indivíduos, a massa se forma como um laço social unitário a partir da primeira identificação com o pai, nos mesmos moldes de um indivíduo. Nesse caso, quando observamos as manifestações contemporâneas a partir de Seattle em 1999, notamos um problema, mais notório principalmente nas manifestações das jornadas de junho de 2013, no Brasil: não conseguimos ver uma unidade identitária que faça das manifestações uma massa, aos moldes de Freud (1921/2011); também não percebemos a figura de liderança das manifestações, o que é essencial ao processo de construção da massa, ou seja, não vemos o processo de identificação com o pai.

Dizemos que Seattle é o ponto de transformação porque é neste momento em que se observa uma verdadeira transformação que rompe com essa ideia de unidade identitária e centro de gestão dos afetos (na figura do líder). É por causa de Seattle, em 1999, que Hardt e Negri (2001 e 2014) escrevem sobre o conceito de multidão. Neste, os pontos que caracterizam essa novidade de movimentação política é exatamente a heterogeneidade de vozes, a descentralização das tomadas de decisão, que abala a condição do líder da totalidade dos movimentos, e a horizontalidade dos laços entre os sujeitos que constituem a multidão. Nesses movimentos contemporâneos, os indivíduos, ao contrário das massas, se exacerbam como sujeitos políticos, com a força do Eu, já que a voz de cada um deles é a voz de sua própria história. Assim, o indivíduo é um sujeito na multidão, não por causa da multidão, mas por causa de si mesmo, ao contrário do indivíduo que se identifica com o líder na massa.

Desta forma, uma vez que não se tem as estruturas de liderança e de organização hierárquica, como podemos averiguar as formações desses novos laços que os indivíduos produzem entre si? Sob essa ótica, vamos desenvolver nosso debate envolvendo os conceitos de massa e multidão, observando as características relatadas pelos pesquisadores, e buscar nas palavras de alguns manifestantes do MPL fatos que confirmem essas observações.

Sobre as Massas

Uma pergunta foi feita no momento das manifestações de 2013, por jornalistas e profissionais que se arriscaram a tentar explicar o que acontecia: o que levou as pessoas a se juntarem nas ruas para protestarem? Aqui, poderíamos cair facilmente na armadilha de explicar as manifestações de uma forma total. A melhor pergunta seria: por que as pessoas, em suas diferenças, se uniram apoiando e gritando por diversas temáticas, mesmo as que não estavam tão próximas em suas realidades? Considerando o fato de que as manifestações de 2013 se caracterizam pela horizontalidade, pluralidade e descentralidade, concordamos com [Birman \(2014\)](#) quando este aponta que, nas jornadas de 2013, o Brasil se juntou aos demais países do mundo onde aconteciam grandes manifestações. Ele mostrou, usando Michel Foucault e Gilles Deleuze (2010), como a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do controle transformou a própria produção dos laços sociais. Uma característica disso pode ser mostrada pela facilidade de contatos que a sociedade pós-Guerra Fria tem com o diferente. Hoje, atravessar fronteiras (nacionais) e conhecer o desconhecido são costumes que ganham cada vez mais espaço com as novas tecnologias da informação, como bem frisa Castells (2013). Aos poucos, as diferenças culturais, que antes foram um dos motivos da produção de fronteiras e de limites de relações, são sobrepujadas pelo interesse dos indivíduos por estender sua rede de conhecimento e de contatos e interação. O problema identificado aqui está na

busca individual de cada sujeito navegante da *worldwide* que, inserido em uma galáxia de narrativas e processos de significação aproxima-se daquilo que mais lhe convém, que melhor e mais rápido responde a seus anseios, medos e problemas. Isso nos remete ao que falou Guatarri e Rolnick (2013), ao afirmarem que as revoluções só podem ocorrer a partir das transformações das relações entre macropolítica (sistema de representatividade da democracia, sistema capitalista neoliberal, hierarquias sociais *etc.*) e as micropolíticas (as estratégias da economia do desejo no campo social), não havendo a possibilidade de uma verdadeira revolução em apenas um desses ambientes. Queremos dizer com isso que os indivíduos inseridos na Capitalismo Mundial Integrado (Guatarri & Rolnick, 2013) e em uma dinâmica das relações de poder do século XXI estão em uma atmosfera em que as linhas de força tencionam a constituir sujeitos de subjetividades produzidas e produtoras do Capitalismo Mundial Integrado. Esse processo de produção desse sujeito é o que Guatarri e Rolnick (2013) chamam de processo de individuação, ou seja, um conjunto de níveis que pretendem cortejar diversos processos de integração e normalização com as forças dominantes em vigor. A individuação é o processo desafiado pelo processo de singularização, a resistência ao poder como explicou Foucault (2013). O processo de singularização não é puro, mas nasce a partir da culpabilização de si, e da busca por alternativas, se formando como uma possibilidade, uma oportunidade a partir da relação individuação-singularização de constituir uma nova forma de subjetivação. Por isso que, quando se fala em romper fronteiras das diferenças culturais, deve-se levar em consideração a ideia de reorganização do diagrama de forças que estabelecem as relações de poder, e não romantizar uma utopia de união das forças que vão resistir aos poderes da dominação. Lembremos que assim como o MPL ganhou uma grande importância a partir do sucesso de seus atos de ruas de junho de 2013, em contrapartida, essas manifestações fizeram emergir, também, o Movimento Brasil Livre (MBL), um movimento antagônico ao MPL, com vertente neoliberal e conservadora (5 - retirado de <http://mbl.org.br/>). Sob esse contexto, nos vale destacar a nova forma de agrupamento, de formação de laços sociais, sejam eles no intuito de aumentar diferenças, sejam eles no de diminuir. A partir disso e dos dados que coletamos quanto às manifestações de rua de junho de 2013, poderemos exercer o debate que objetivamos.

Birman (2014) aponta que na sociedade do século XXI, em princípio, as fronteiras culturais não são mais os grandes muros que limitavam e constituíam diferenças entre os indivíduos. Ao contrário, a sociedade deste tempo busca, cada vez mais, atravessar essas fronteiras e constituir novas formas de laços, principalmente com o suporte das novas tecnologias de comunicação e assim escrever suas narrativas (6 - As linhas de força dominante buscam digerir as resistências aglutinando símbolos do lado oposto para suas causas e as resistências buscam empenhar papéis de narrativas mais voltadas para as liberdades democráticas. Na ocasião, o MPL se postula como a favor das causas negras e LGBT ao apresentar líderes com essas identidades, no intuito de quebrar o discurso das esquerdas como únicas vias de emancipação dessas pessoas. Porém, o seu objetivo é a manutenção do *status quo*). Esse problema deve ser encarado de forma que permita contar a história de como a massa se transforma na multidão.

Para contar essa história que permite a problematização da constituição dessa nova forma de laços sociais, gostaríamos de buscar entender o pensamento de Freud (1921/2011) quando explica a psicologia das massas. É precisa a afirmação do psicanalista quando este aponta o primeiro dado que rompe um princípio de Wundt, o qual implica a separação das psicologias em ideias fragmentadas. Freud (1921/2011) mostra que é impossível pensar uma psicologia individual separada de uma psicologia social. As estruturas de formação psíquica do indivíduo partem das relações estruturais com o Outro, com o contexto que o envolve, logo não é ponderável produzir análises de psicologias isoladas.

Deste ponto, Freud (1921/2011) apresenta os argumentos psicanalíticos que analisam o fenômeno das massas sob o princípio estrutural da formação psíquica dos indivíduos. A massa passa

pelos mesmos processos que formam a psique do sujeito. Assim, Freud (1921/2011) afirma que é o afeto que vai aglomerar e ser o primeiro princípio de formação das massas, e este afeto é comandado pela primeira identificação, e que “se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por modelo” (p. 62), ou seja, o pai. Logo, a figura do pai será encontrada no líder. Este que vai ser o objeto de identificação dos indivíduos da massa, o qual vai constituir uma unidade e manipular os desejos e as necessidades daqueles que ali se encontram. Freud (1921/2011) explica que o líder passa a ocupar o lugar do ideal do eu, gerando, assim, a identificação com os indivíduos. Nas palavras de Freud (1921/2011), “já suspeitamos que a ligação recíproca dos indivíduos da massa é de natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum, e podemos conjecturar que esse algo em comum esteja no tipo de ligação com o líder” (p. 65).

Na massa, Freud (1921/2011) aponta a interdição do Eu, das singularidades que fazem o sujeito. Assim, ocorre o processo de dissolução do Eu e a produção da identidade unitária, ou processo de igualdade na massa. Os indivíduos passam a se identificar a partir da identificação com o líder (o centro que gesta os afetos), formando, desse modo, uma mesma unidade, um mesmo ideal, uma vez que os indivíduos, enquanto singularidades de desejos e afetos, se fundem ao grupo e constituem a massa. Portanto, há uma homogeneização dos indivíduos na massa. Assim, com a volumosa importância do líder como um centro de comando de afeto, amparo, identificação, Birman (2014) descreve que encontra uma estrutura de laço social verticalizada, ao contrário do que se pôde observar – de acordo com as características relatadas – nas manifestações do século XXI, a partir de Seattle, em 1999, assim como nas manifestações no Brasil, em junho de 2013. Há quem analise a massa de uma outra forma, criticando o entendimento de líder e sua importância no pensamento freudiano. Nesse sentido, Canetti (1988) aponta que há um problema na análise de Freud (1921/2011). Segundo ele, o psicanalista dá como exemplo duas massas concretas: a igreja e o exército. Esses dois grupos não se caracterizariam no seu pensamento como uma massa, uma vez que ele não considera a massa “como algo hierarquicamente articulada” (p. 129), características principais tanto da igreja quanto do exército. Como exemplos, Canetti (1988) vai afirmar que as massas em fuga e as massas festivas não vão ter figuras de liderança. Todavia, em nenhum momento, Canetti (1995-1988) alega que essas massas de formação política vão abrir mão do líder, mesmo que esse líder não tenha as mesmas características do líder-pai freudiano.

Os aspectos relatados até agora apontam alguns problemas quanto à questão da massa no entendimento freudiano quando se observa as manifestações contemporâneas e, especificamente, as manifestações das jornadas de junho de 2013, no Brasil: primeiro no que diz respeito à sua verticalização; segundo no que diz respeito ao processo de dissolução do Eu dentro da massa. Nessa perspectiva, Birman (2014) já aponta, em sua conclusão, que as organizações dos laços sociais nas manifestações brasileiras de junho de 2013 não correspondem aos laços sociais verticalizados, mas sim a uma forma horizontalizada de organização dos laços sociais. Isso pode ser observado segundo a estruturação dos movimentos. Judensnaider, Lima, Pomar e Ortellado (2013) (7 - publicação organizada pelos integrantes do MPL que protagonizaram as manifestações de junho de 2013) apontam que, nos primeiros momentos, as decisões estratégicas quanto aos protestos contra os aumentos de passagens de ônibus eram tomadas com a participação de outros movimentos, sindicatos e partidos que não tinham o custo das passagens do transporte público como prioridade. Esse modelo tinha a intenção de dar voz a outros atores sociais, mas isso interferia na autonomia do próprio movimento. Dessa forma, as estratégias quanto às manifestações eram decididas pelos próprios integrantes sem uma hierarquia preestabelecida. Partidos como PSOL e PSTU e movimentos sociais como o MST e o MTST e o sindicato dos Metroviários de São Paulo entravam como apoiadores, mas não tinham poder de decisão. Por essa razão, deve-se falar em uma horizontalização pouco hierárquica, posto que a hierarquia aparece em relação ao volume de alinhamento de certo grupo ou indivíduo quanto à causa, o que significa que o apoio não estabelece uma diluição do Eu, mas um

engajamento ao tema e à luta.

Ainda sobre a experiência de horizontalidade, Castells (2013) afirma, quando se refere a uma ética advinda dos costumes e comportamentos nas redes sociais *on-line*, que os indivíduos estabelecem suas regras e suas formas de agir como um grupo em que todos possuam vozes e papéis importantes, uma vez que essas plataformas não possuem regras, a não ser a exigência de um grau de envolvimento do indivíduo com o assunto/tema/causa que eles dividem. Esses costumes, conforme Ricci e Arley (2014), foram levados às ruas e vistos nas assembleias realizadas em praças públicas para decidir que rumos os protestos iam tomar e que ações diretas seriam realizadas. Como visto, a importância de cada um e a liberdade de ação de cada indivíduo são, também, aspectos que cooperam com o problema da dissolução do Eu. Desde um indivíduo até coletivos, mesmo com um grau menor de envolvimento em certas causas, estabelecia-se um tipo de apoio, se não nas decisões estratégicas, nas ações diretas, com gritos, cartazes ou, mesmo, a presença física.

Em resumo: o sentimento de igualdade é substituído pelo da singularidade, ou seja, ali pessoas partilhavam de sentimentos em comum, como a indignação, mas suas exigências se diferenciavam, assim como eram diferentes as classes sociais e os afetos pessoais que as levaram a estar na rua. A horizontalidade pouco hierárquica e a organização em rede, características essenciais das manifestações contemporâneas, como afirma Hardt e Negri (2014) e apontam as pesquisas de Ricci e Arley (2014) e Castells (2013), possibilitam a partilha de singularidades dentro do movimento, uma vez que predomina uma ação coletiva de indivíduos que preservavam suas individualidades e se vinculavam por meio de um sentimento comum de indignação, injustiça e revolta.

Sobre Multidão e Biopolítica

Para entendermos o conceito de multidão, é necessário fazer uma rápida reflexão sobre o conceito de império. Ao analisar as formações sociopolíticas da contemporaneidade, Hardt e Negri (2001) compreendem que, ao contrário do imperialismo – conceito que aponta o capitalismo dos Estados Unidos e do Reino Unido como sistema de colonização de países pobres, assim como um centro de ação político-econômico –, o império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. Isso fica por conta das reflexões geopolíticas de formação dos estados-nações.

O império é um aparelho descentralizado e desterritorializado. Incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas próprias fronteiras, abertas e em expansão. Essas fronteiras não são territoriais, mas pertencem aos campos ideológico, cultural e prático. À medida que o império foi-se estabelecendo, o modo de produção capitalista foi-se transformando, posto que, como afirmam Hardt e Negri (2001), “na pós-modernidade da economia global, a produção de riqueza tende, cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica”, ou seja, “a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro” (p. 13). Nesta ocasião, a biopolítica à qual Hardt e Negri (2001 e 2014) se referem é diferente da biopolítica de Foucault (2007). Encontra-se, na formação do império, a lógica da biopolítica foucaultiana, uma vez que esta significa uma série de processos de intervenções e controles reguladores. Essa biopolítica de Foucault (2007) são as “disciplinas do corpo e as regulações da população”, que constituem “dois polos em torno dos quais se desenvolvem a organização do poder sobre a vida” (p.152). Essa biopolítica determina que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Logo, o estado, as ideologias e a sociedade normalizadora são efeitos históricos “de uma tecnologia de poder centrada na vida” (p. 157). Melhor dizendo, a biopolítica de Foucault (2007) é uma tecnologia que modela a vida das pessoas de acordo com o poder, à medida das relações de poder. O que nos parece é que a produção biopolítica de Hardt e Negri (2001 e 2014) é o efeito do poder biopolítico

foucaultiano. É como se a biopolítica fosse uma tecnologia que pudesse ser usada pelo poder e por suas resistências. Ou seja, é usando a tecnologia que foi capaz de produzir a vida, que as resistências poderão constituir suas próprias éticas, o que deve proporcionar essa heterogeneidade da multidão. Assim, devemos dizer que resistência, para Hardt e Negri (2014), são as forças capazes de transformar as organizações sociais e a ética através das lutas históricas e das relações de poder. Por isso Hardt e Negri (2001 e 2014) não se distanciam do pensamento de Michel Foucault, mas sim o aproximam do pensamento de Karl Marx. Na ocasião, as resistências são as construções das alternativas possíveis, elas ocupam o espaço da luta das forças subjetivantes e da luta sociopolítica, estabelecendo, nas redes das relações de poder, um contraimpério capaz de se insurgir à grandeza do império.

Dito isso, é importante marcar as diferenças em essência dos usos da biopolítica. Para Hardt e Negri (2001 e 2014), é possível constituir éticas de resistências ao poder, uma vez que o poder, através da biopolítica, procura modular uma sociedade, constituindo modos de viver compatíveis com a estrutura ideológica defendida, por exemplo, o caso do neoliberalismo, conforme mostrou Foucault (2008). Assim, percebemos nitidamente a biopolítica foucaultiana no processo de formação do império.

É exatamente no processo de formação do neoliberalismo, no enfraquecimento e na tentativa de transformação da razão de estado (a racionalidade de existência e operação do estado, baseado na força policial) na arte de governar da razão de governo (que busca estabelecer todos os limites da governança, ou seja, até onde governar demais atrapalha a vida dos indivíduos), que o mercado surge como um regulador do próprio estado, demarcando os territórios da governamentalidade e sua própria interdição. A razão de estado perde lugar para a razão governamental, isto é, não se procura mais estabelecer os limites da força do estado, mas usar o governo como uma forma de modular a sociedade a um estilo de vida, o qual, na ocasião, é o estilo liberal/neoliberal. O governo procura produzir uma sociedade, não pela força, mas dando apoio à constituição de uma ética que emerge a partir dos ideais de uma racionalidade econômica que aparecem nos séculos XVIII, XIX e XX.

Ao longo desses séculos, a razão governamental vai transformando o papel do estado, que, cada vez mais, se transforma em uma lógica gerencial. O estado vai se ocupar em governar as vidas dos indivíduos, arquitetando as molduras nas quais esses indivíduos devem ser produzidos. Aqui estarão envolvidos os sentidos de justiça, educação, saúde e cultura, tudo emoldurado para a produção do *homo oeconomicus* do liberalismo e, mais tarde, o sujeito racional do neoliberalismo. Esse princípio de um estado de governança e moldagem da população deve ser global, e não regional. Por isso que encontramos essas características bem próximas à formação do império que Hardt e Negri (2001 e 2014) defendem. Os estados perdem cada vez mais seus papéis políticos e intervencionistas, ou melhor, transformam seu poder de estado-nação em promotores e defensores de suas economias a nível mundial. Assim, as organizações mundiais e os tratados devem sucumbir os poderes dos Estados e organizar o comércio mundial. O império é, pois, esse princípio que totaliza o mundo à forma de vida neoliberal.

Para além disso, o império estimula os estados-nações a exercer um papel de vigilância e estado de guerra contínuo. Esses se organizam em uma estrutura de rede, como aponta Castells (2015), usando sua hegemonia para inferir controle a qualquer outro estado, povo ou indivíduo rebelde. A política anti-terror engendrada pelos Estados Unidos da América e acompanhada por forças europeias como Inglaterra, França e Alemanha estruturam o militarismo no mundo e cooperam com a emergência de novas forças que criam barreiras para o que relatamos anteriormente: o maior contato entre os indivíduos de diferentes culturas. Como dito, a força imperial dentro da lógica de rede entre os estados coopera para uma outra diagramação da geopolítica global, investindo forças sobre as resistências e alternativas subversivas. Esse parâmetro redesenha o campo de disputa das relações de poder, uma vez que o combate ao terrorismo permite aos estados-nações a constituição de agências

de inteligência que apuram a vida e a intimidade dos indivíduos em nome da democracia e da liberdade – segundo o império. Lembremos que império se diferencia de imperialismo pela expansão biopolítico das formas de vida segundo certa leitura ideológica sobre cultura, democracia, liberdade, racionalidade econômica dentre tantas outras estruturas que formam um *ethos* ocidental na ordem capitalística. Já o imperialismo seria a forma de expansão geopolítica e cultural de um país, que busca instalar seus braços para o atendimento e a nutrição de interesses político e econômico. O império, segundo Hardt e Negri (2001) está inserido na lógica da rede, uma lógica mais tendente ao movimento de horizontalização, como aponta Castells (2015) e menos às forças verticalizadas. Claro que as forças militares e econômicas de certos países determinam o grau de potência que um estado-nação detém sobre outros em relações de negociação, mas segundo as estruturas e a lógica internacional – como as gerenciadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – o uso da violência e de monopólios de estados sobre outros e sobre os indivíduos de uma nação deve ser controlado, vigiado e combatido (8 – Não esqueçamos que atuações unilaterais dos EUA em guerras no Oriente-Médio subscrevem crises de soberanias e de poder da própria ONU, o que engendra um maior desenvolvimentismo militar entre as nações e os grupos rebeldes). As pesquisas de Castells (2015) revelam que esse movimento de horizontalização está inserido em um contexto mais complexo. Ao analisar os estados em rede, Castells (2015) observa que há quatro problemas que impedem a mimese entre as relações entre estados e as relações que indivíduos estabelecem entre si na sociedade em rede: são problemas organizacionais e técnicos da burocracia estatal; problemas políticos onde hierarquias se estabelecem com certa naturalidade, o que gera o desafio de produzir-se novas estruturas políticas menos verticalizadas; problemas ideológicos e, por fim, os problemas geopolíticos. Conforme dito, para que as relações entre estados sejam estabelecidas como em rede, é necessária uma transformação das forças que engendram os estados-nação e que resolvam esses problemas. Por isso, ancorados a esta analítica de Castells (2015), entendemos que o conceito de império não pode ser reduzido a apenas promotores e defensores de suas economias a nível global. É necessário ter força o suficiente, um certo tipo de hierarquia que permita o domínio para exercer um controle e uma vigília sobre as produções de subjetividades e a manutenção do *ethos* das diversas nações e culturas.

Castells (2013; 2015) acredita que as mudanças das relações sociais proporcionadas pelo desenvolvimento da sociedade em rede e da sociedade da informação possibilita uma tendência a horizontalidade. Mas ele compreende que uma revolução social a partir da nova estrutura em rede não é algo simples, uma vez que as relações de poder se reestruturam e as linhas de força agem para a manutenção das dominações. Porém, sabemos como já dito que quando há poder, há resistência (Foucault, 2013). E a crença de Hardt e Negri (2001; 2014) está na emergência da multidão como força capaz de enfrentar esse império.

É neste ambiente do império que a multidão se constitui. Resolver o problema das populações significa transformar as classes e as massas em uma multidão global, posto que é a multidão o objeto biopolítico do império. Ela surge e é produzida a partir do interminável ciclo de produção biopolítica, ou seja, do ciclo de produção e gestão das subjetividades e dos modos de subjetivação dos indivíduos. Resumindo: o objetivo seria acabar com as massas das classes e formar uma multidão heterogênea incapaz de estabelecer uma unidade de massas. O que Hardt e Negri (2014) vêm estabelecer é que, mesmo nesse âmbito, uma resistência contraimperial é capaz de surgir, como já vem a emergir. Vamos a um caso: as afirmações de Judensnaider et al. (2013), ao narrarem que os fundamentos constituídos pelos integrantes do MPL, em 2005, estabeleceram os princípios do movimento: autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo (diferentemente de antipartidarismo). Esses princípios foram constituídos por um conglomerado de coletivos da juventude alinhada com o pensamento de esquerda. A busca por uma horizontalidade sem o derretimento das bases da independência os levou a criar um tipo de hierarquia para preservar sua

forma de agir politicamente. Como descrevemos, eles abrem as portas para partidos, coletivos e sindicatos que desejam dar algum tipo de suporte político a suas causas, porém não permitem que estes tomem as rédeas de suas estratégias sobre as causas. Há uma horizontalidade entre eles, indivíduos que fazem o coletivo, porém, como coletivo, agem de acordo com um princípio que Hardt e Negri (2014) entendem ser necessários para a multidão: o mútuo apoio entre os coletivos sob o respeito de suas singularidades. Outrossim, lembremos que eram indivíduos inseridos no contexto de novas formas de organização e atuação política, tendo as redes sociais *on-line* como local de relação social juntamente a outras formas de relação que produziram aquilo que Judensnaider et al. (2013) chamaram de “um conjunto de condições subjetivas para junho de 2013” (p. 15).

Multidão como tendência

É na multidão, constituída por uma organização política alternativa de fluxo real a qual vai ter lugar no próprio terreno imperial, que Hardt e Negri (2001) depositam suas crenças revolucionárias. Essa multidão terá que inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que, um dia, deverão superar a ordem do império. Ela nasce no âmago da produção biopolítica do império e contra ele deve insurgir a partir das resistências. Segundo os referidos autores, “o império cria um potencial maior de revolução do que os regimes modernos de poder, porque nos apresenta, juntamente com a máquina do comando, uma alternativa, o conjunto de todos os explorados e subjugados” (p. 418) que se unem, sem deixar de lado suas particularidades, formando uma multidão heterogênea, invertendo a ilusão ideológica de que todos os seres humanos nas superfícies globais do mercado mundial são permutáveis.

Essa multidão possui duas características muito claras, segundo Hardt e Negri (2014): a primeira diz respeito à comunicação interna e à ação em conjunto através do comum (*the common*), produzido e partilhado a partir das singularidades. Na multidão, o indivíduo, por vontade própria, compartilha o que tem e produz o comum com os integrantes. O comum é produzido por eles, é imaterial e é compartilhado. É uma produção biopolítica que vai além da produção econômica como regulação da vida social. É a base das singularidades dos manifestantes, o que vai em via contrária ao que diz Freud (1921/2011), quando aponta para a ideia de que, na massa, o Eu se dissolve e as particularidades são deixadas de lado em prol da coletividade, a partir do jogo de identificação com o líder, adaptando-se às regras da unidade da massa. Podemos identificar a produção do comum em uma situação, por exemplo, na fala de um manifestante no filme “Com Vandalismo”⁴: no momento, o entrevistador pergunta ao manifestante sobre a funcionalidade de um botijão de água no meio do protesto. Ele afirma que era para botar bomba de gás lacrimogênio, pois uma vez que a polícia lançava, os manifestantes pegavam a bomba, colocavam no botijão, que era em seguida tampado, e a bomba perdia seu efeito. Na ocasião, o manifestante afirmou que aquilo se tratava de “um bem comum”, de todos. O documentarista pergunta se ele viu isso em algum lugar, e o manifestante disse ter visto no *Youtube*, nos vídeos de protestos na Turquia. Daí fica notório como os manifestantes usavam a prática de se comunicar pela rede mundial de computadores e produzir objetos ou ideias que eles mesmos diziam ser um bem comum a todos.

Ricci e Arley (2014), Castells (2013) e Birman (2014) encontram essas características nas manifestações brasileiras, que consistem em o indivíduo manter suas singularidades, compartilhando-as em forma de sentimento de injustiça social, indignação, desejo de mudanças no *ethos* político, uma vez que pedem uma reforma política e questionam a própria democracia, utilizando-se de formas mais horizontalizadas das organizações de comunicação e da organização política das manifestações. Para os manifestantes que se organizaram em seus movimentos coletivos, a comunicação é uma produção comum e para todos. Não é à toa que há a condição de emergência de

⁴ Coletivo Nigéria, 2013 – é possível assistir no endereço <https://bit.ly/2GxZHb7>.

mídias alternativas, como a mídia Ninja⁵ e outros coletivos de comunicação – ou dos próprios movimentos – que se utilizaram da rede mundial de computadores e das redes sociais *on-line* para fazer coberturas ao vivo das manifestações e para divulgar vídeos de denúncia e de caracterização das manifestações.

A segunda característica observada por Hardt e Negri (2014) é o aprofundamento da democracia. Em suas pesquisas genealógicas das resistências modernas, Hardt e Negri (2014) concluem que, para alcançar uma forma global de democracia radicalizada, elas produzem internamente este costume. A democracia surge das práticas dos manifestantes, em que as decisões dos rumos das manifestações eram tomadas em reuniões horizontais e as relações de comunicação eram praticadas em rede. Isso demonstra que há uma experiência da lógica de partilha do comum com a utilização das plataformas das redes sociais *on-line*, nas quais vídeos ao vivo ou gravados eram divulgados e textos testemunhais eram escritos e compartilhados nas manifestações das jornadas de 2013, como apontam Ricci e Arley (2014), Castells (2013) e Lima (2013). Essa experiência de produção e essa lógica de partilha são práticas de uma ética da democracia radicalizada com base no comum. Reside aí a importância da experiência dessas práticas de organização.

Nesse contexto, a democracia está na prática de produção e partilha do comum e na forma de organização das assembleias e plenárias que fazem os manifestantes para decidir os rumos a serem tomados, desde o lugar do ponto de partida do ato, passando pelas temáticas a serem discutidas, às eleições dos porta-vozes que devem negociar com o comando da Polícia Militar, conversar com jornalistas e até com políticos, caso sejam convocados. Essas experiências são realizadas da forma mais horizontal possível, buscando fazer que cada indivíduo lá presente faça valer as suas posições e opiniões políticas, que some às intenções dos próprios manifestantes.

Por isso, Hardt e Negri (2014) acreditam que o desafio da multidão é o desafio da democracia. Eles mostram como o comum é produzido a partir das singularidades, o que pode dar uma densidade para o corpo da multidão, deixando exposto o que chamam de carne singular da multidão. Esta se configura como um corpo subjetivo sem unidade orgânica, sem funções específicas, apenas uma carne exposta crescendo cada vez mais pelo globo. Essa carne é formada por subjetividades que amarram os integrantes da multidão uns aos outros, sem reduzir-se a uma unidade coletiva diretamente ligada à identificação libidinal com o pai (líder ou ideologia partidária), como relata Freud (1921/2011), possibilitando a formação de uma resistência, de uma luta de poder a partir dos comuns produzidos pelas heterogeneidades. A carne é, pois, a exposição das singularidades diversas, mas unidas, em movimento constante pela democracia, não se reduzindo ao sentido de autonomia do mercado, liberdade de concorrência e produção. Aqui, o sujeito não está reduzido a uma multidão do *homo oeconomicus*, que existiu para superar as massas, mas, sim, uma multidão diversa com diversas alternativas. E assim é possível perceber, nas manifestações, não só o MPL – inicialmente aquele que convocava as manifestações – mas movimentos estudantis, coletivos os quais lutam por moradias populares, movimentos LGBTs, grupos de periferias, coletivos de comunicação, coletivos culturais e profissionais da saúde do estado, como apontam Secco (2013), Ricci e Arley (2014), Souto Maior (2013) e Lima (2013). Independente de liderança, esses coletivos, movimentos sociais, grupos, se uniam para protestar e agir contra o poder estatal de suas localidades.

Entretanto, a questão da singularidade, provavelmente, pela proporção que tomaram as manifestações e, como demonstra Andrade (2016), pelas estratégias tomadas pela imprensa, se tornou o ponto mais polêmico, uma vez que temas regidos pela imprensa acharam seus lugares nas ruas, mas sem o alinhamento com as posturas dos manifestantes iniciais. No mesmo filme supracitado, podemos perceber, também, como a manifestação se transforma. Ela deixa de ser apenas pelos 20 centavos, passando a ser um grande ato em que os manifestantes lutavam por suas causas.

⁵ Retirado de <http://midianinja.org/quem-somos/> em 25 de abril de 2019.

Um dos entrevistados diz que, além dos 20 centavos, sua causa era a luta pelos 10% do PIB destinados à educação pública. Contudo, outros diziam que a causa maior era a luta contra a corrupção, negando a causa primeira sobre o aumento das passagens do transporte público. Esse sentimento de total livre expressão mostrou um nível de descrença alto dos brasileiros quanto às instituições públicas e privadas do país e foi um dos alicerces que originou movimentos (apesar de não terem apoio ou relação com o MPL) como os vistos em 2015 e 2016, que culminaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nesse caso, a multidão não se sustenta, uma vez que as diferenças e singularidades, em vez de somar, desuniram os manifestantes, como se pôde observar em atos de agressão e discussão entre manifestantes que se intitulavam apartidários e integrantes de partidos como o PT, por exemplo (10 – isso pode ser observado no filme Junho – o mês que abalou o Brasil). Em razão disso, estamos certos ao falar em uma tendência, e não endurecer uma identidade pura à manifestação de junho de 2013. Conforme afirmam Hardt e Negri (2014), trata-se de um desafio da democracia.

Ainda, Hardt e Negri (2014) acreditam que a multidão em movimento é uma forma de narração que “produz novas subjetividades e linguagens” (p. 274), esquivando-se de qualquer tentativa de reduzi-la a uma história monológica. A multidão desse jeito que apresentamos entra em uma curva cujo conceito de massa, em Freud (1921/2011), não consegue acompanhar. O que entendemos é que há uma transformação ética e subjetiva dos indivíduos que produzem novas formas de organização dos laços sociais, o que pode culminar em uma nova forma de produção de organizações político-sociais. Essas transformações começam com a produção da multidão global do império e passam a se constituir como resistência dentro das grades das relações de poder, até formular uma alternativa à ordem imperial, até produzir uma resistência contraimperial, movida por essa carne de subjetividades que assusta o império.

Em crítica a Hardt e Negri (2001; 2013), Zizek (2011) problematiza a ideia de resistência ao império a partir das tecnologias do próprio capital. Para ele, Hardt e Negri (2001; 2013) acabam se alinhando a um romantismo ideológico dos teóricos da revolução das informações e do capitalismo pós-moderno em sua ânsia por provar que as análises de Marx estavam corretas. A ideia do trabalho imaterial que Hardt e Negri (2001; 2013) usam como linha de força essencial para uma condição de superar o capitalismo e gerar uma sociedade pós-capitalista, um capitalismo sem atrito, em resumo: uma democracia absoluta. Zizek (2011) vê no pensamento de Hardt e Negri (2001) um equívoco. Em sua leitura marxista, Zizek (2011) entende que os pensadores não colocam em questão uma dualidade na análise marxiana “remanescente do processo de produção”:

Essa dualidade adquiriu uma forma não visualizada por Marx: o reino da liberdade (terreno do trabalho cognitivo) e o reino da necessidade (terreno da produção material) estão fisicamente separados, muitas vezes por fronteiras estatais. De um lado estão as empresas pós-modernas, que exemplificam os critérios de Negri (comunidades livres de multidões expressivas, que produzem imediatamente formas de vida etc.); de outro este o processo de produção material, em que a automatização total está longe de ser concluída, de modo que temos – muitas vezes, literalmente do outro lado do mundo – *sweatshops* com uma organização do trabalho estritamente fordista, onde milhares de pessoas montam computadores, brinquedos, colhem banana ou café, extraem carvão ou diamantes e assim por diante (...). Para cada lado, o outro surge como Capital: para as multidões que trabalham nas *sweatshops*, o Capital é o poder que, em nome do trabalho cognitivo, as emprega para materializar o seu resultado; para os trabalhadores cognitivos, o Capital é o poder que os emprega para usar os seus resultados como projetos para a produção material. É por causa dessa dualidade desprezada por Negri que o Capital ainda não é puramente parasita, mas continua desempenhando um papel fundamental na organização da produção: ele reúne os dois lados (Zizek, 2011, p. 357-358).

É por essa crítica que não estabelecemos uma ideia de que, de fato, vivemos uma época propícia, em sua totalidade, a uma revolução que transforme o capital em sua completude, o que anuncie a era pós-capitalista globalmente. Podemos e devemos falar em uma tendência que ainda tem um longo caminho. As manifestações de junho de 2013 apontam para isso. Sua complexidade, talvez, dê razão para as críticas de Žižek (2011). Há uma dualidade que, no fim das contas, mal compreendida, não permitem a união das multidões (a do trabalho cognitivo e a do trabalho material). Assim, em acordo com o debate conceitual envolvendo as características descritas e observadas que estruturaram a operacionalidade das manifestações políticas das jornadas de junho de 2013, entendemos que, para realizar uma problematização que abrange a grandeza e a heterogeneidade das manifestações brasileiras, devemos levar em consideração que há uma transformação que não permite ignorar a ideia de multidão, mas, ao contrário, encarar essa ideia como pedra fundamental para problematizar o fenômeno. Nossa conclusão não descarta o conceito de massas, uma vez que algumas das características podem ser encontradas em certos momentos e aspectos – o que corrobora com a crítica žizekiana da dualidade mal compreendida –, mas consideramos que há uma transformação dos laços sociais que justificam a problematização dos modos de subjetivação que escapam à compreensão da estrutura freudiana, no que se refere ao processo de identificação com o líder que gesta os afetos e subvertem o desamparo. Por isso, entendemos que o conceito de multidão foi possível pelas transformações dos laços sociais contemporâneos e possibilita a constituição de uma nova forma de resistência, como descrevem Hardt e Negri (2001 e 2014). As condições de realidade que nos cercam proporcionam as possibilidades de resistência ao poder que nos atravessa.

Referências

- Andrade, M. R. R. (2016). *As manifestações de junho de 2013, no Brasil: modos de subjetivação e as condições para uma resistência a partir de uma análise do discurso*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Fortaleza. Retirado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_512fe2c6dbdc74e76f748ec8cae7c1e7.
- Birman, J. (2014). O sujeito da diferença e a multidão. *Revista IDE*, 36(57), 25-40.
- Braga, R. (2013). Sob a sombra do precariado. IN. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Canetti, E. (1988). Diálogos sobre as Massas, o medo e a morte: uma conversa entre Elias Canetti e Theodor W. Adorno. *Novos estudos*, n. 21, 116-132.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Deleuze, G. (2010). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Freud, S. (2011). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Foucault, M. (2007). *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *O sujeito e o poder*. In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. *Michel Foucault – Uma*

trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guatarri, F. & Rolnick, S. (2013). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petropolis: Editora Vozes.

Hardt, M. & Negri, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Hardt, M. & Negri, A. (2014). *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Judensnaider, E., Lima, L., Pomar, M. & Ortellado, P. (2013). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

Lima, V. A. (2013). *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*. IN. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Negri, A. (2014). Antônio Negri: "É a multidão que comanda a história". *ZH Caderno ProA*. Acessado em 14 de outubro de 2015 de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>.

Nigéria. (2013). *Com Vandalismo* [DVD]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s&t=1s>.

Quem são os anarquistas de preto que vandalizam SP (2013, 4 de agosto). *Revista Veja*, Acessado em 25 de agosto de 2019, de <https://bit.ly/2VpJiin>.

Ricci, R. & Arley, P. (2014). *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Editora Letramento.

Secco, L. (2013). As jornadas de Junho. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Solto Maior, J. L. (2013). A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Viana, S. (2013). Será que formulamos mal a pergunta? In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Zizek, S. (2011). *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo.

Recebido em 10/05/2017

Aprovado em 07/05/2018